

Resposta à Luciano Mariz Maia e Frans Josef Maria Moonen

*Maria Otília Telles Storni**

Ainda perplexa com o conteúdo do documento "Resistência Indígena Potiguara: Acerca do Trabalho de Uma Agente Pastoral Entre e Sobre Índios na Paraíba", venho por meio deste, apresentar algumas respostas e levantar questionamentos; antes, porém, quero louvar o espaço que se tem nesta Revista para tão ricos debates pois, os esclarecimentos de dúvidas e polêmicas científicas são a alma do mundo acadêmico, que honramos pertencer.

Primeiramente quero informar aos leitores que o documento acima referido foi entregue aos antropólogos do Departamento de Ciências Sociais, bem como ao professor responsável por esta Revista, num envelope onde constava como remetente: Procuradoria da Justiça (1) Tal documento encontrava-se com os nomes dos autores principais logo abaixo do título, porém, sem assinaturas no final. A falta das mesmas no final do texto deixa aos destinatários uma lacuna estranha, podendo dar a impressão de ser apócrifo, o que à luz de uma análise jurídica poderia invalidar ou resguardar a(s) autoria(s) do mesmo. Mas, esse é um pequeno detalhe para o contexto acadêmico deste debate.

Com relação à divulgação da data e local da defesa da dissertação de Maria da Salete Horácio da Silva, concordo plenamente com os autores do documento, pois, a mesma foi de caráter público e, outros cientistas ligados ao tema tornariam o evento mais abrilhantado com suas ilustres presenças. Ocorreu porém, que a mesma se deu naquela semana em que a UFPB suspendeu o movimento paredista dos docentes embora os funcionários ainda estivessem em greve. Ora, os cartazes da divulgação deveriam ser confeccionados por funcionários; mas, mal conseguimos contactar com a coordenadora do Mestrado em Serviço Social (19/04/94) para que providenciasse as chaves para abrir as salas e comparecer como elaboradora da ata da defesa.

Não havia possibilidade de adiar pois um dos membros da banca examinadora havia entrado de licença especial e deveria viajar sem data prevista para volta, o que poderia causar riscos de prazo de defesa que estava se esgotando. Lamentavelmente não foram colocados avisos no mural do MSS, porém mesmo que tivessem sido afixados, ninguém os teria lido porque a ala dos mestrados do CCHLA encontrava-se trancada durante todo o tempo da greve, com exceção das horas em que a defesa transcorreu. Lá estiveram presentes inúmeros convidados de "boca-à-boca" tais como os professores do M.S.S., alunos de pós-graduação, professores de outros Centros da UFPB e colegas da autora da dissertação. Foi, enfim, uma limitação circunstancial externa.

É muito louvável que os autores busquem análises antropológicas nos trabalhos acadêmicos da UFPB. A Antropologia é uma ciência nobre e precisa de mais divulgação. No entanto, na dissertação de Maria da Salete H. da Silva, não se encontra nenhuma menção ou pretensão de fazer uma monografia antropológica.

* Professora Orientadora da Dissertação de Maria da Salete H. da Silva.

Antes, trata-se de uma dissertação do Mestrado de Serviço Social na área de Política Social que, no caso, refere-se aos índios como minoria e suas relações com um segmento do Estado-FUNAI, para ser mais precisa. Tal cobrança só faria sentido se a autora em questão tivesse tido a pretensão de se auto-nomear como Mestre em Antropologia, o que concretamente não ocorreu. Para maiores comprovações sugere-se verificar a página de rosto da referida dissertação.

Eu, abaixo assinada, professora Maria Otília Telles Storni, sou sim, antropóloga formada (Mestre) pela Universidade de Brasília, no Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social. De fato, ainda não tenho trabalhos publicados sobre índios, porém, tive uma rica experiência com esta minoria em minha vida acadêmica: em 1974, por indicação do meu então professor, o ilustre Dr. Roberto Cardoso de Oliveira, fiz um levantamento sócio-econômico no Posto Indígena de Dourados (atual Mato Grosso do Sul) com os grupos Kaiwá, Guaraní e Terêna.

Hoje, tenho uma pesquisa em andamento, com os índios Fulni-ô - (PE), a qual pretendo, na semana vindoura, apresentar os primeiros resultados da mesma, intitulada "Esta Terra é Minha: FULNI-ÔS e POTIGUARAS", na 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - S.B.P.C. Neste mesmo evento, o meu orientador, Romerio H. Z. Nascimento teve o seu trabalho de Iniciação Científica aceito sob o título: "Orgulho Fulni-ô: Civilizar para continuar Índio". Também fui indicada para presidir a Sessão de Antropologia e Arqueologia desta mesma Reunião e, talvez não seja demais informar ainda, que tenho outra orientanda formal, Leontina Ferreira, a qual teve seu projeto de dissertação aprovado (Menção A) no Mestrado de Ciências Sociais/UEPB. Neste momento encontra-se desenvolvendo sua pesquisa de campo com os Xerente no estado de Tocantins. É uma experiência direta com quatro grupos indígenas, mais a vivência indireta (por orientação) com mais dois grupos, espalhados em diversos pontos do território nacional.

A minha especialização temática tem sido a questão da Identidade Étnica e Terra, com negros (objeto da minha dissertação de mestrado), experiência esta que me habilitou teoricamente para a orientação de Maria da Salette H. da Silva. Mas acima das minhas vivências e currículo (além de trabalhos publicados, inclusive no exterior), vale ressaltar que, no mundo acadêmico há inúmeros trabalhos com e sobre índios que não são necessariamente antropológicos e, parece-me que tal não acarreta nenhum prejuízo técnico-científico à ninguém, antes pelo contrário. Seus autores, se devidamente titulados, podem perfeitamente redigir pareceres, dar assessorias, fazer perícia, prestar assistências técnicas, etc.

Na segunda página do documento em questão, os autores mencionam um trecho da dissertação, na página 1 da mesma que, deslocado do seu contexto de redação, pode dar uma idéia diferente daquela que a autora quis transmitir.

Os autores do documento afirmam: O resultado desta atitude algo a-científica é uma dissertação com omissões e equívocos, que resultam por alterar a verdadeira história potiguara. Não cabe aqui e agora citar e corrigir as incompletudes da dissertação, mas alguns aspectos exemplares serão referidos.

Logo na primeira página, a autora afirma que: "*Pela última demarcação do espaço-solo (Terra) dos Potiguara, incluiu uma área de 5.032 ha, perímetro específico dos índios de Jacaré de São Domingos, com uma área total de 21.230 ha.* A autora provavelmente pretendeu informar que a Terra Indígena Potiguara,

demarcada em 1983/84 (o Decreto é de 1983; a demarcação foi realizada em 1984), tem atualmente uma área de 21.230 hectares, sendo que, em 1992, foi demarcada uma outra área, de 5.032 hectares, da recém-identificada Terra Indígena Jacaré de São Domingos, vizinhas da primeira."

No trecho abaixo, que contém o parágrafo inteiro da p. 1 onde se localiza a frase acima mencionada pelo documento, percebe-se que a autora tem por objetivo analisar a demarcação do território de Jacaré de São Domingos (que tem 5.032,2341 ha), o qual foi incluído na terra dos Potiguaras, cujo total é de 21.230 ha.

"A ampla e profunda discussão sobre as questões das minorias étnicas no Brasil vem ganhando espaço a partir de suas organizações e reivindicações. Os sujeitos em estudo - a Aldeia de Jacaré de São Domingos, vem passando por um processo de usurpação de seu espaço-solo a partir do século XVI, agravando-se nos anos 80, do século XX. Pela última demarcação do espaço-solo (Terra) nos Potiguaras, inclui uma área de 5.032,2431 ha (cinco mil e trinta e dois hectares, vinte e quatro ares e trinta e um centiares) (FUNAI, 1993), perímetro específico dos Índios de Jacaré de São Domingos, com uma área total de 21.230 ha. A luta por essa demarcação é também parte do objeto deste trabalho."

Teria sido bem vinda a sugestão de uma redação mais clara, porém tal não se configura como "algo a-científica" pois, vê-se que no geral, é a aldeia de Jacaré e sua demarcação que são os alvos da dissertação.

Quanto à questão de número de famílias e não de pessoas, primeiramente não há confusão de terminologia pois a autora afirma na p. 2: "As famílias de Jacaré distribuem-se às margens do referido rio num aldeamento com 60 moradias de taipa, sem saneamento básico, com dois ou três cômodos (sala, quarto, cozinha), com rede elétrica, um Posto de Saúde, uma Capela e uma Escola de 1º Grau". Ou seja, não foi afirmado que as 60 famílias residem cada uma, nas 60 casas. Há aqui uma coincidência de números mas não uma afirmação tipo uma-família-por-casa. Ver p. 2 da dissertação.

No transcorrer da dissertação, a autora afirma repetidamente que está tratando do caso específico de Jacaré de São Domingos. Por esta razão, tornaria-se até tedioso para o leitor, se, no parágrafo da organização social desses índios, ela se referir novamente aos caciques de Jacaré. Ela afirma que há dois caciques, eleitos por aclamação, e considerou essas informações como suficientes. Quando se tratou dos Potiguaras como um todo (incluindo os da Baía da Traição), a autora fez os destaques necessários. A idéia de colocar nomes, quem é quem, de que aldeia, etc., seria necessária se o trabalho abrangesse os Potiguaras indiscriminadamente, o que não foi o caso. Mas, o fato de não atender a forma de elaboração de outros cientistas, não depõe contra a qualidade da dissertação. Só não se entende porque a questão da aclamação dos caciques, citada na p. 2 foi colocada junto de uma frase da autora da p. 61: "... a cooptação é uma forma de invasão no grupo". Alerta-se aqui para o risco de se tomar trechos distantes e distintos, colocando-os juntos "dando a entender" idéias e afirmações outras, que a autora não cogitou. Isto pode resultar em manipulação do texto. O que ou onde se quis chegar?

Quanto à bibliografia citada, qualquer leitor que se disponha a examinar o item Fontes e Bibliografia, poderá verificar que não houve omissão de todos os estudos antropológicos sobre os Potiguaras. Aliás, aqui vai mais um alerta sobre a referência de alguma "lacuna" de trabalho acadêmico sem sua devida comprovação do tipo: quantos livros, periódicos, historiadores, etc. Mas, voltando à questão das Fontes, num rápido exame, há pelo menos dezoito títulos de Antropologia entre livros,

documentos, sem falar dos jornais, revistas e periódicos da época, que trataram do tema da dissertação, além dos compêndios de História local, de onde foram tirados os dados essenciais deste trabalho. É, enfim, difícil fazer referências só aos livros e textos que não foram citados sem enumerar os que constam.

Curiosamente, a maior parte das obras que "faltaram" nas Fontes da dissertação são de um dos autores do documento em questão. Seria essa a causa da crítica? Mas, vale ressaltar que só foram incluídos nas Fontes..., os artigos e obras que foram efetivamente citados no decorrer do texto. Tratou-se portanto de uma bibliografia citada e não de pesquisa. Esta é uma questão de opção de um autor, de vez que a inclusão de todo o levantamento bibliográfico nunca foi obrigatória em nenhuma instituição de Pós-Graduação. A não ser, é claro, que falte algum dado ou informação essencial para as conclusões do trabalho, que, eventualmente estivesse contido em obra não consultada.

E, em termos de dados históricos, a delimitação das terras Potiguaras, do Engenheiro Justa Araújo de 1966, referida na segunda página do documento questionador, é a mesma da dissertação de Maria da Salete H. da Silva (páginas 19, 20, 21 e outras). Até porque a fonte histórica desta autora é a mesma daquela consultada pelo autor de *Etnohistória dos Índios Potiguaras*. Se as informações são as mesmas e os dados coincidem, qual é o problema? A autora da dissertação fez referência a Baumam (1981), Serafim (1957), Albuquerque (1984) e outros que evidenciaram limites e invasores os quais interessaram à autora da dissertação. Tais dados não foram questionados e nem poderiam, por sua precisão. O autor acima (*Etnohistória...*) não foi citado porque seu recorte não era do interesse da autora; isto não desmerece nem um nem outro autor, se os dados forem coincidentes e precisos. Mas as referidas "lacunas" "dão a entender" que houve prejuízo nos resultados do trabalho.

Em nenhum momento a autora afirma que a luta dos Potiguaras de Jacaré de São Domingos havia sido vitoriosa. O "dar a entender" colocado no documento dos autores (expressão, no mínimo imprecisa), realmente dá a entender uma interpretação do texto de Maria da Salete a qual não pretendeu em momento nenhum, antes pelo contrário. O que ocorreu é que a autora precisava dar um "recorte" no objeto da pesquisa e, o fez, inclusive sob minha orientação. Para tanto, considerou-se que a demarcação concretizada e homologada seria o limite acadêmico de seu trabalho. Os autores do documento tomaram as afirmações da página 8 da dissertação, que se referiam à síntese da mesma.

No entanto, na página 48 da dissertação (cap. III) Maria da Salete afirma: "O decreto de 1/10/93 homologou a demarcação administrativa da área indígena de Jacaré de São Domingos. No mesmo mês o Grupo Empresarial Agro Pastoral Rio Vermelho entrou com uma ação judicial de manutenção de posse" (grifos meus).

Como se vê, a autora não coloca em nenhum momento, que a luta dos Potiguaras de Jacaré de São Domingos por seu território, havia se encerrado em 92. Mas a demarcação sim, pois foi homologada neste ano. O problema de se tomar trechos do texto fora de seu conteúdo global, é que dá margens a interpretações-manipulações errôneas. Neste caso em questão, foi fácil comprovar os questionamentos levantados. Porém a manipulação das palavras "equivocos", "a-científico" e "incompletudes", através de trechos de uma dissertação, tomados de forma esparsa e sem os

ARTIGOS

respectivos contextos de redação, pode ser nefasta. Não se sabe quais seriam as intenções deste tipo de "metodologia" de análise de texto.

É consenso no mundo acadêmico que, nenhum trabalho seja perfeito ou possa esgotar um universo de pesquisa. Por isto, sugere-se que em caso de questionamentos, se faça resenhas falando dos trabalhos como um todo, em suas seqüências construídas, no mínimo, e não através de apenas alguns trechos considerados discutíveis ou falhos. Por estas e outras razões, agradecemos aos autores, a honra do destaque feito ao trabalho de Maria da Salete, e as críticas elaboradas sobre filigranas desta pesquisa, ao mesmo tempo em que se nota a ausência de qualquer questionamento à globalidade do trabalho. Isto denota uma leitura primorosa e acurada e, espero, ter respondido às mesmas a contento. São instrumentos desta natureza que acabam por suscitar maiores curiosidades e interesses de quem quer que seja, para ler e consultar a referida dissertação, para o que, está à disposição no Mestrado de Serviço Social.